

A LENDA DE GAIA DOS LIVROS DE LINHAGENS : UMA QUESTÃO DE LITERATURA ? *

Não constitui propriamente novidade a afirmação de que a literatura portuguesa medieval — ou, mais especificamente, galego-portuguesa —, quando confrontada com outras literaturas da Europa deste período, revela notórias omissões em géneros fundamentais, nomeadamente no domínio da narrativa ficcional¹.

Das primitivas canções de gesta, relativamente abundantes no centro da Península Ibérica, apenas se conseguem exumar, das crónicas e livros de linhagens anteriores ao séc. XV, escassos vestígios cuja língua originalmente usada fosse o galego-português, não havendo notícias da existência da redacções coevas desses perdidos textos².

* Trabalho elaborado, na sua fase inicial, no âmbito das actividades regulares do Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ A mais recente abordagem deste assunto deve-se a Rossi, Luciano — *A Literatura Novelística na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, ICP, 1979, onde se afirma lapidarmente: «...Chegando finalmente a Portugal, a primeira impressão do investigador é a de um súbito estreitamento de horizontes: os textos reduzem-se em número e em variedade; certas formas florescentes no resto da Europa parecem aqui faltar de todo...» (p. 13).

² De facto, o único texto que parece conservar vestígios da primitiva forma versificada continua a ser a *Lenda da Liberdade de Portugal*, como lhe chamou Diego Catalán, ou seja, a história lendária de D. Afonso Henriques presente em bom número de manuscritos dos séculos XIV e XV. Sobre o assunto, ver SARAIVA, A. J. — *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1979 e, mais recentemente, *A Cultura em Portugal, Teoria e História*, Livro II, Lisboa, Bertrand, 1984.

Contudo, como mostrou MANDACH, André de — *La Geste de Fierabras*, Genève, Droz, 1987, não é impossível encontrar indícios de outras canções de gesta, possivelmente até de épocas mais recuadas, originárias do ocidente peninsular, nomeadamente da região de Coimbra.

O *mester de clerecia*, corrente poética que reelaborou temas épicos ou do extenso manancial da matéria antiga, tão forte presença tendo na cultura castelhana, não mais deixou em galego-português do que escassos vestígios, tardios e não originais ³.

Da literatura em verso oriunda de além-Pirinéus as notícias são ainda mais escassas ⁴. A matéria da Bretanha, que atingiu importante expressão no âmbito do *roman* do séc. XII, apenas veio a difundir-se na área cultural e linguística galego-portuguesa bastante mais tarde e já em derivação dos últimos ciclos em prosa, elaborados durante o séc. XIII, dando, só então, origem ao surgimento de importantes textos dos quais parte substancial se encontra irremediavelmente perdida ⁵.

Contudo, onde nos parece que a literatura galego-portuguesa denota uma mais significativa lacuna é na narrativa breve, sobretudo a representada pelo apólogo, pelo conto sapiencial e moralizante e pela fábula, na maioria dos casos de origem oriental, da qual grande parte penetrou na cultura europeia através da Península Ibérica sem deixar entre nós rastros suficientemente visíveis ⁶.

Outro tanto sucede com a narrativa da tradição latina; com os *fabliaux* de intenção satírica, para não falar já da *novella* ao estilo

³ Na lista dos livros da Biblioteca de D. Duarte constava «O Açipreste de Fyta» certamente tradução portuguesa do *Libro de Buen Amor*, de Juan Ruiz, da qual um fragmento ainda existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto foi publicado por Serafim da Silva Neto no seu livro *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*, Rio de Janeiro, MEC, 1956, pp. 38-40.

⁴ ...mas não totalmente inexistentes! Pelo menos Joan Garcia de Guilhade, trovador dos meados do séc. XIII, faz alusão, numa sua cantiga de amigo (CV 358/CBN 755), a Flores e Brancaflor, heróis de um *roman* de tema amoroso do séc. XIII. Aliás, a cultura trovadoresca, que — essa sim! — adquiriu entre nós uma extraordinária dimensão, não só fornece ainda elementos para avaliar o conhecimento de outros géneros narrativos — a canção de gesta francesa e o romance arturiano, por exemplo —, como irá mesmo acomodar no seu seio, submetidas aos modelos poético-musicais, certas formas de narração como as *Cantigas de Santa Maria*, algumas *Cantigas do Escárnio e de Mal Dizer* e mesmo as escassas *Pastorelas*.

⁵ Do *Tristão em Prosa* e do *Merlim* existem fragmentos. Do *José de Arimateia* uma redacção do séc. XVI. Apenas a *Demanda do Santo Graal* se conserva íntegra num manuscrito que remonta ao séc. XV.

⁶ Em âmbito laico, há a registar o *Conde de Lucanor*, de Juan Manuel, em possível tradução portuguesa existente na biblioteca de D. Duarte. Ver *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 206-208.

do Decameron, cujo surgimento em Portugal nem mesmo se irá verificar antes do séc. XVI⁷. Ecos de alguns destes géneros virão, contudo, a encontrar-se no espólio do Mosteiro de Alcobaça, mas assumindo então uma finalidade edificante, própria de uma cultura monástica.

Não é, todavia, apenas devido a esta situação de relativa penúria que a *Lenda de Gaia*, ou *do Rei Ramiro*, incluída em dois dos nossos nobiliários medievais, em versões diferentes na dimensão, no enredo e na escrita, comparece nas antologias de prosa medieval com uma assegurada assiduidade.

É que estes textos oferecem — sobretudo a versão mais longa, do *Nobiliário do Conde D. Pedro* — um forte e sedutor enredo, dramático e movimentado, colocando frente a frente mouros e cristãos e misturando motivações tais como o despeito, a vingança, a violência guerreira e a oposição religiosa, o que terá contribuído para que o seu fascínio permanecesse bem para além da Idade Média, suscitando, periodicamente, novas leituras e novas versões, que acabaram por lhe conferir uma inegável perenidade.

Ultimamente, a *Lenda de Gaia*, nas suas redacções medievais, tem sido alvo de um renovado interesse por parte dos historiadores, na sequência de uma maior atenção dispensada aos livros de linhagens enquanto fontes riquíssimas e grandemente inexploradas de informações sobre a sociedade peninsular medieval, sobretudo a sua parte ocidental. É, pois, talvez chegado o momento de tentar avançar um pouco mais na compreensão da arquitectura e da funcionalidade daqueles textos, começando pela tarefa indispensável de reunir e avaliar o produto do já importante labor crítico que ao longo dos anos sobre eles se foi acumulando.

Não surpreende que as primeiras questões inicialmente colocadas acerca da *Lenda de Gaia* se relacionassem com a sua origem e, logicamente, com o seu processo de transmissão. Esta atitude correspondia aos parâmetros metodológicos típicos da crítica do final

⁷ Sobre o problema da narrativa breve, ver MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino — *Orígenes de la Novela*, I, Madrid, CSIC, 1943. Capítulos I a III; BREMOND; LE GOFF; SCHMITT — *Typologie des sources du moyen âge occidental. L'Exemplum*, Fasc. 40, Brepols, 1982; MARSAN, R. — *Itinéraire espagnol du conte médiéval (VIII-XV)*, Paris, Klincksieck, 1974, e ROSSI, Luciano, *op. cit.*, particularmente útil para o caso português.

do século passado, tendentes a sobrevalorizar a génese em detrimento do funcionamento, o percurso com prejuízo do significado.

Foi o filólogo francês Gaston Paris, em estudo publicado em 1880 na revista *Romania*⁸, quem primeiro apontou o carácter lendário da história das aventuras amorosas do rei Ramiro, presente nos nobiliários medievais portugueses — ou seja, sem historicidade global —, não sendo mais do que a adaptação, nas suas linhas gerais, de um conto de origem oriental, desenvolvido a partir do texto bíblico e da figura do rei Salomão.

Este conto, cujo primitivo texto se desconhece, teria penetrado na Europa entre os séculos XI e XII através de Bizâncio, dando origem a múltiplas versões em línguas diversas, ora sob a forma de episódio em canções de gesta⁹, ora como *exemplum*¹⁰, ou ainda como narrativa autónoma, cujo texto mais conhecido é o poema alemão do séc. XII *Salomon und Markolf*¹¹. A extraordinária difusão deste conto atestar-se-ia ainda pela sua presença em culturas não directamente relacionadas com o ocidente medieval, como a russa e a sérvia, onde teria originado relatos escritos e orais.

Se a filiação da *Lenda de Gaia* no **Conto de Salomão* passou a ser um dado adquirido e incontestado até aos nossos dias — tendo apenas sido alvo de uma reformulação, a que aludiremos, que nem sempre tem sido levada na devida conta —, já o problema da forma assumida pela sua transmissão suscitou, desde então, opiniões diversas e até opostas. A comprová-lo está o facto de a tese de Gaston Paris, que fazia derivar a *Lenda de Gaia* de uma versão oral leonesa, não ter sido acolhida por G. Baist, em estudo publicado logo no ano seguinte¹². Apesar disso, a hipótese da primitiva difusão oral deste texto parece ter recolhido o assentimento maioritário da crítica.

Será necessário esperar pelo ano de 1930 para que dados novos se venham juntar ao problema, com a publicação de um informado

⁸ PARIS, Gaston — *La femme de Salomon*, «*Romania*», IX, 1880, pp. 436 e seg.

⁹ *Le Bastard de Bouillon e Elie de Saint Gile*, sendo neste último caso o episódio apenas referido. Ver nota 13.

¹⁰ No poema satírico-didáctico francês *Blasme des femmes*. Ver nota 13.

¹¹ VOGT, F. — *Die Deutschen Dichtungen von Salomon und Markolf*. Halle, 1880.

¹² Ver nota 13.

estudo de R. Foulché-Delbosc e de A. Haggerty Krappe na *Revue Hispanique*, com o título «La legende du roi Ramire». Aí os autores chamam a atenção para o facto de a *Lenda de Gaia* não se encontrar isolada, no contexto peninsular medieval, visto existirem outros relatos cujo ponto de partida é também a reformulação do mencionado **Conto de Salomão*¹³.

Um desses textos, proveniente de um manuscrito aragonês datável do séc. XV¹⁴, encerra uma história ocorrida em terras de Teruel, tendo como protagonista um conde cristão de nome Rodrigo, que historicamente viveu na segunda metade do séc. XII, cuja mulher se deixa raptar por um mouro. O subsequente desenvolvimento da história inclui a penetração do conde Rodrigo no castelo daquele por meio de disfarce, o reconhecimento e traição da mulher e a vingança final — traços comuns, de facto, ao **Conto de Salomão* e à *Lenda de Gaia*.

O segundo texto referido por Krappe e Foulché-Delbosc, como sendo avatar do **Conto de Salomão*, é nada menos do que a primeira parte da história matrimonial do conde Garcia Fernandez, filho de Fernán Gonzalez, tal qual é contada na *Primera Cronica General* alfonsina, na versão régia, e nas crónicas posteriores desta derivadas, nomeadamente a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, onde ocupa o capítulo CCCLXIX. Ou seja: a primeira parte de um texto que Ramón Menendez Pidal acreditava ser proveniente de uma perdida canção de gesta, à qual havia atribuído a designação de *Gesta de la Condesa Traidora*¹⁵.

Neste texto, Garci Fernandez casa com uma senhora francesa, de nome Argentina, vinda a Espanha em peregrinação, que posteriormente se deixa raptar por um conde seu compatriota, fugindo com ele

¹³ São provenientes deste estudo as informações sobre a lenda salomónica cuja síntese apresentámos. Visto tratar-se de um texto-arquétipo, de cuja existência não se duvida, embora se encontre perdido, passaremos a designá-lo por **Conto de Salomão*.

¹⁴ Conquanto não indiquem a localização de tal manuscrito, transcrevem paleograficamente a parte referente às aventuras de Rodrigo Gonçalves.

¹⁵ Com efeito, em estudo publicado no seu volume de ensaios *Historia y Epopeia*, Madrid, C.E.H., 1934, pp. 5-27, com a designação «Realismo de la Epopeia Española: Leyenda de la Condesa Traidora», Ramón Menéndez Pidal debruçou-se atentamente sobre este texto, afirmando que ele formava, juntamente com outro relato igualmente presente na PCG, apenas alguns capítulos mais adiante, uma única história, de tipo lendário, onde se contavam os sucessivos

de novo para terras de França. Obedecendo à estrutura geral do **Conto de Salomão*, Garci Fernandez, disfarçado de peregrino, dirige-se ao reduto do seu rival, no interior do qual consegue penetrar com a ajuda de uma filha deste, onde irá consumir a vingança matando atrozmente o raptor e a mulher adúltera. Posteriormente volta a Castela acompanhado da filha do conde justicado, com a qual entretanto casara, obtendo em seguida o louvor e a aprovação dos seus súbditos.

Por último, Krappe e Foulché-Delbosc trazem à colação aquele que nos parece ser o texto com mais possibilidades de verdadeiramente introduzir dados novos na compreensão do processo de transmissão e adaptação do **Conto de Salomão* na Península — particularmente no que se refere à *Lenda de Gaia*¹⁶ —, que é a história do cavaleiro

infortúnios matrimoniais do Conde Garci Fernandez. A sua tese era que tais sucessos teriam de alguma forma ocorrido, embora a versão que deles se veio a transformar em lenda tivesse adquirido um carácter claramente novelizado. Os dados que apontou levam, contudo, a pensar que a novelização terá sido francamente superior à história ocorrida: por um lado, se bem que factos como o casamento com Dona Sancha; a traição desta; a morte do Conde e a posterior vingança do filho — toda a segunda parte da chamada *Gesta da Condessa Traidora* — remontem já à *Crónica Najerense*, escrita por volta de 1160, apresentam evidentes afinidades com as histórias de Rosamunda e de Cleópatra contadas por vários escritores latinos. Por outro lado, o primeiro casamento do Conde e a traição da sua mulher Argentina — a primeira parte da *Gesta da Condessa Traidora*, correspondente ao relato de que nos estamos a ocupar — somente faria a sua primeira aparição na própria PCG, ou seja, na segunda metade do séc. XIII, sendo completamente improvável que existisse antes, visto não ter sido incluída nas crónicas de Lucas de Tuy ou do Toledano. Acresce ainda que a documentação existente apenas refere um casamento de Garci Fernandez e não dois...

De qualquer forma, Pidal acabou não se pronunciando sobre a origem e natureza do relato dos eventos referentes ao primeiro casamento do conde castelhano, o que voltou a suceder no estudo que consagrou à *Lenda de Gaia* (ver nota 23) em 1943, onde, contudo, cita já o artigo de Krappe e F.-Delbosc. Somente em 1948, em estudo publicado nos *Cuadernos Hispanoamericanos* e posteriormente no volume *De Primitiva Lírica Española e Antigua Épica*. Madrid, Austral, 1951, pp. 43/65, com o título «Alfonso X y Las Leyendas Heroicas», voltou a pronunciar-se sobre o assunto, reiterando a convicção de que a *Condessa Traidora* era uma primitiva canção de gesta, embora admitindo ser a sua primeira parte decalcada de um conto oriental proveniente do *Panchatantra* o que, não confirmando inteiramente as conclusões de Krappe e F.-Delbosc sobre o assunto, todavia também não as negava...

¹⁶ Ver nota 42.

alemão Rudolf Schüsselberg, personagem histórica que combateu os muçulmanos ao lado de D. Afonso Henriques, incluída numa obra de carácter histórico-novelsco escrita em latim na Alemanha, por volta de 1200, cujo título é *Historia Infidelis Mulieris*¹⁷.

Neste texto, a mulher infiel também abandona o marido para se juntar a um rei mouro, mas leva consigo os filhos, com a ajuda dos quais o cavaleiro irá contar mais tarde quando, disfarçado, conseguir introduzir-se na fortaleza do seu rival, para consumir a inevitável vingança.

Do cotejo pormenorizado entre todos estes textos e a *Lenda de Gaia*, a que os autores procedem, percebe-se claramente a existência de uma mesma estrutura narrativa, que realmente os aparenta, para além das especificidades que cada um possui¹⁸. Há, contudo, a salientar um detalhe, cuja presença Krappe e Foulché-Delbosc apenas detectam nos textos aragonês, castelhano e alemão, que consiste na acentuação do carácter moralmente repugnante da mulher adúltera, transmitida por meio das cenas eróticas a que se entrega com o amante raptor na presença ou proximidade do marido, aspecto completamente alheio às versões conhecidas do **Conto de Salomão*¹⁹.

No texto alemão, Rudolf de Schlüsselberg é amarrado a uma coluna do quarto, onde assiste à cena amorosa entre a sua mulher e o amante mouro, enquanto achas ardentes o vão queimando aos poucos...

No texto aragonês, denotando já um certo esbatimento de pormenores relativamente à narrativa da *Historia Infidelis Mulieris*, o

¹⁷ Infelizmente os autores não transcrevem o texto, limitando-se a fornecer um curto resumo.

¹⁸ Essa estrutura narrativa revela-se na permanência, em todos os textos, das seguintes acções:

- 1 — Rapto de uma mulher casada por um indivíduo de credo, raça ou «nacionalidade» diferente da do marido;
- 2 — Penetração deste, por meios astuciosos que envolvem o disfarce, no reduto do raptor;
- 3 — Verificação do carácter adúltero da mulher;
- 4 — Consumação da vingança, com a morte dos amantes.

Muitos outros aspectos caracterizam simultaneamente dois ou três dos textos considerados, mas não com uma regularidade tal que permita estabelecer grupos de parentesco mais restritos.

¹⁹ KRAPPE; F.-DELBOSC — *Op. cit.*, pp. 537-540.

conde Rodrigo Gonçalves assiste à cena erótica dentro da arca em cima da qual esta tem lugar...:

«... La condesa dixo: — Señor, el rey viene; ponet vos enesta arca. El conte side metio. La contesa echole la clau. El rey entro enla canbra, abrazo la condesa como aquel quela amaua mucho, echola sobre la arca endo estaua el conte encerrado, et tomo placer conella»²⁰.

No texto da *Primera Cronica General* o apagamento da cena luxuriosa é ainda maior, surgindo agora Garçi Fernandez escondido debaixo da cama dos amantes...:

«Et [Dona Sancha] metio al conde Garçi Fernandez, armado de un lorigon et un gran cuchiello en la mano, so el lecho en que amos auien de yazer...»²¹.

Para Krappe e Foulché-Delbosc esta autêntica provocação erótica, que acentua o carácter misógino da narrativa que a inclui, seria proveniente de um outro conto indiano, cujo arquétipo — uma vez mais! — declaram ser desconhecido, mas ao qual atribuem, por comodidade, a designação *La femme infidèle et le voleur*. A afinidade estrutural deste conto com o de Salomão ter-lhe-ia permitido contaminá-lo previamente, vindo a deixar traços bem visíveis, embora de dimensão variável, nos vários textos a que este último deu origem.

Infelizmente, decerto por pensarem — erroneamente — que a versão curta da *Lenda de Gaia*, a do LV²², não mais era do que uma abreviação da mais longa, a do LL, acabaram por não prestar a devida atenção a um pormenor que inegavelmente reforçaria essa

²⁰ *Idem*, pp. 532-524.

²¹ *Primera Cronica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, 3.^a reimpressão, Madrid, Gredos, 1977, p. 428.

²² Para designar os livros de linhagens portugueses medievais usámos a terminologia proposta por José Mattoso: *Livro Velho de Linhagem* — LV (2.^o dos *Portugaliae Monumenta Historica — Scriptores* editados por Alexandre Herculano); *Livro do Deão* — LD (1.^o dos *PMH* de Herculano); *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* — LL. Em todas as citações ou referências utilizámos as edições de MATTOSO, José; JIEL, Joseph — *Portugaliae Monumenta Historica... Nova Série. Livros Velhos de Linhagens*. Lisboa, Academia das Ciências, 1980 e MATTOSO, José, *P.M.H. Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. 2 vols., Lisboa Academia das Ciências, 1980.

tese, que é a existência de vestígios da aludida cena erótica na mais antiga destas versões de uma forma que não deixa lugar a grandes dúvidas:

«E el [rei Ramiro] jazendo na camara, chegou Abencadão e deram-lhe que jantasse, e depois de jantar foi-se pera a rainha. E *desque fizeram seu prazer*, disse a rainha — Se tu aqui tivesses rei Ramiro, que lhe farias?...»^{22a}.

Alguns anos mais tarde, Ramón Menéndez Pidal chamaria ainda a atenção para uma outra adaptação peninsular do **Conto de Salomão*, incluída na inédita *História de Ávila*, manuscrito cujo original remontaria aos anos de 1260, na qual o herói ostenta um nome afrancesado — Enalvillo — e desenvolve um enredo singularmente próximo da nossa versão curta da *Lenda de Gaia*, embora não inclua ambientes marítimos, nem o herói conte com adjuvantes para penetrar no reduto do seu raptor. No resumo que fornece do relato, D. Ramón não refere, contudo, se a tal cena erótica entre os amantes tem ou não lugar²³.

Ou seja: quase todas, ou todas mesmo, as derivações ibéricas do **Conto de Salomão* apresentam já vestígios da contaminação provocada por um conto oriental misógino de tema tendencialmente obscuro. Não só por possuir uma cronologia provavelmente mais recuada do que a dos textos ibéricos — que, em nenhum caso, parecem anteriores ao séc. XIII²⁴ —, mas ainda por narrar factos

^{22a} *PMH* — *Livros Velhos*, *op. cit.*, p. 48. O sublinhado é nosso.

²³ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — «En torno a Miragaia» in *De Primitiva Lírica Española*, *op. cit.*, pp. 135-154 (primitivamente publicado na revista *Biblos*, vol. XX, 1944).

²⁴ Tal parece incontestável para a história de Garci Fernandez (ver nota 15) e também para o texto aragonês, cujos acontecimentos históricos que noveliza tiveram lugar na segunda metade do séc. XII (ver KRAPPE; F.-DELBOSC — *Op. cit.*, pp. 538-539), sendo de admitir que só passadas algumas gerações esses acontecimentos adquirissem um carácter lendário. Quanto à *Lenda de Gaia* e à lenda de Enalvillo, a cronologia das obras que as integram, por um lado, — *História de Ávila*: 1260; *Livro Velho de Linhagens*: 1280-1290 — e a não existência de razões palpáveis para que tenham uma cronologia mais recuada do que os outros textos referidos, por outro lado, leva a que se considere como limite *a quo* da sua elaboração o início do séc. XIII. Com efeito, a migração do **Conto de Salomão* ter-se-á processado, à semelhança do que aconteceu com outras manifestações culturais na Europa durante a Idade Média, em função

directamente relacionados com terras de Portugal; por ter sido redigido em latim, o que inegavelmente lhe facilitaria a circulação, e por conservar, de uma forma mais completa, marcas da referida contaminação, o relato das aventuras do cavaleiro alemão Rudolf de Schlüsselberg, incluído na *Historia Infidelis Mulieris*, pode documentar um estado primitivo da difusão do **Conto de Salomão* na Península Ibérica.

Embora a estrutura deste conto, assente em poucas, mas extremamente coerentes acções, propiciasse decerto uma fácil difusão oral, a abundância de versões escritas num lapso de tempo não muito longo e, mesmo, a existência de uma versão (conhecida...) em latim, que pode ter assumido um papel intermediário, deve impor uma certa prudência à conjectura do carácter exclusivamente jogralesco e oral da sua transmissão e levar a colocar a hipótese do intercâmbio fecundo entre o oral e o escrito realizado em meios clericais, que era onde este tipo de narrativas, durante o séc. XIII, encontravam um acolhimento mais favorável e uma mais fácil difusão²⁵.

Mesmo assim, no que diz respeito à *Lenda de Gaia* o problema só parcialmente fica equacionado justamente porque não existe apenas uma versão, mas sim duas, que acusam entre si diferenças que não são meramente de pormenor, como pretendemos demonstrar. Que tipo de parentesco une ambos os textos é, obviamente, a questão a colocar de seguida.

Embora sem dominar ainda a cronologia dos livros de linhagens, pois afirma serem ambos do séc. XIV²⁶, é Ramón Menendez Pidal quem, num conhecido estudo dedicado ao assunto²⁷, contesta a opinião corrente que fazia da versão curta da *Lenda de Gaia* uma abreviação da versão longa, apontando convincentemente que é exacta-

de um ritmo mais ou menos lento, tornando perfeitamente aceitável a existência de cerca de um século a separar a primeira adaptação alemã das surgidas na Península Ibérica.

²⁵ Sobre a origem, forma de difusão e cronologia do *exemplum* medieval — era essa a forma assumida pelos contos orientais mais divulgados — ver as palavras de Jacques Le Goff nos capítulos II e III de *Typologie des Sources (...)* *L'Exemplum*, *op. cit.*, pp. 39-86.

²⁶ É apenas, segundo cremos, a partir do trabalho de VEIGA, A. Botelho da Costa — *Os nossos nobiliários medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)* in «Anais das Bibliotecas e Arquivos», 15, 1940, pp. 165-193 que se começa a ter uma ideia mais segura sobre a cronologia do LV e do LD.

²⁷ Ver nota 23.

mente o contrário que se passa, guardando a primeira vestígios muito muito mais claros do seu arquétipo.

Pelo modo como caracteriza — negativamente! — as variantes da versão longa e por não encontrar repercussões desta última no romancelheiro, fica-nos a convicção de que Ramón Menendez Pidal, sem todavia o afirmar explicitamente, a encarava como uma refundição directa da primeira, opinião que parece ser também a de Manuel Rodrigues Lapa, nas suas *Lições de Literatura Medieval*²⁸, embora valorizando de um modo completamente oposto o carácter literariamente mais elaborado da versão do *Nobiliário do Conde D. Pedro*, em termos que foram mais tarde retomados por António José Saraiva²⁹ e nos parecem incontestáveis.

Há, no entanto, no seio da crítica uma outra opinião que propõe, não uma derivação directa entre os dois textos, mas sim uma filiação independente de cada um deles em diferentes versões da tradição oral. Os aspectos divergentes entre ambos seriam, assim, explicáveis — pelo menos no que diz respeito às variantes mais substanciais — pelos acidentes típicos da transmissão oral.

Tal é a posição de José Mattoso, sucessivamente expressa, ao longo dos últimos anos, em vários escritos³⁰, que culminaram numa excelente edição autónoma dos trechos narrativos mais importantes

²⁸ «Temos, pois, em B [*Lenda de Gaia do LL*] o curioso exemplo da refundição artística, superiormente feita, dum esboço narrativo anterior: amudaram-se os pormenores significativos; intensificou-se o discurso directo; deu-se coerência às situações e subtilizou-se a paixão instintiva e bárbara, dando-lhe humanidade e finura psicológica. Deste esforço resultou uma das mais lindas páginas de novela da nossa literatura antiga», *op. cit.*, 9.^a ed. Lisboa, Coimbra Editora, 1977, p. 316.

²⁹ Ver nota 46.

³⁰ MATTOSO, José — *O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa*, «Santo Tirso. Boletim Cultural Concelhio», 1, 1977, pp. 91-119 e depois in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1982, pp. 481-510.

— «As Fontes do Mobiliário do Conde D. Pedro», in *A Historiografia Portuguesa antes de Herculano*, Lisboa, Academia de História, 1977 e depois in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Estampa, 1981, pp. 55-98.

— Introdução a *PMH-LL*, *op. cit.* (ver nota 22).

— «A Literatura Genealógica e a Cultura da Nobreza em Portugal», in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 309-328 (provém de uma conferência realizada em 1982).

dos nobiliários medievais, na qual ambas as versões da *Lenda de Gaia* são graficamente colocadas em paralelo ³¹.

Tal é também a opinião de Luciano Rossi, para quem, contudo, a versão da *Lenda de Gaia* do LV deveria as suas diferenças face à versão do LL, não só a um fenómeno de maior degradação no processo da transmissão oral, mas ainda a uma adaptação realizada «...num ambiente popular e, por conseguinte, destinado a quem o espírito cortês da fonte não interessava...» ³².

Para além desta hipótese exigir uma averiguação prévia — a que Rossi não procede — do contexto social e cultural em que se elaborou o mais antigo dos nossos livros de linhagens, no sentido de saber em que medida seria tão sensivelmente anti-cortês — ou mesmo se a oposição popular/cortês aí tinha algum significado... —, ela pressupõe ainda que o conto que origina a *Lenda de Gaia* se encontrava já eivado de elementos cortesões, sobretudo na figura do rei mouro que, nas suas palavras, andaria mesmo confundido como o *donjuanesco* Saladino... ³³.

Ora, a nosso ver, não só as restantes versões conhecidas da adaptação do **Conto de Salomão* na Península desmentem esta configuração, como nos parece estarmos perante um curioso fenómeno de incompreensão da verdadeira dimensão das personagens e do enredo do *Lenda de Gaia* do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, onde só muito lateralmente aspectos da cultura cortês assumem algum relevo particular.

De facto, é nossa convicção que encarar estas narrativas exclusivamente sob o ângulo da literatura de ficção, como é inevitável ao partir-se do princípio de que não passam de prosificações de textos jogralescos e orais, leva a desviar excessivamente a atenção das relações que as ligam às obras onde se incluem, que não são pro-

³¹ *Narrativos dos Livros de Linhagens*, Selecção, introdução e comentário de José Mattoso, Lisboa, INCM, 1983. Não deixámos, porém, de registar uma certa prudência na mais recente das tomadas de posição do prof. Mattoso sobre a natureza da *Lenda de Gaia* do LL: «... Ignoramos até que ponto as modificações resultam da manipulação literária do refundidor de 1380 (...) No entanto, as variantes de fundo podem pertencer a uma amplificação oral do conto, que se teria dado depois da recolha do *Livro Velho*. Poderiam, portanto, derivar de uma versão recolhida pelo Conde D. Pedro no segundo quartel do séc. XIV», *Narrativas, op. cit.*, p. 46.

³² ROSSI, Luciano — *Op. cit.*, p. 25.

³³ ROSSI, Luciano — *Op. cit.*, p. 12.

priamente colectâneas de contos, mas sim crónicas, livros de linhas e outros textos com uma dimensão de algum modo historiográfica.

É esse estatuto historiográfico, do qual acabam naturalmente por partilhar, que impõe que o protagonismo da acção seja sempre atribuído a personagens que existiram na realidade ou, pelo menos, no âmbito da credibilidade das obras que as incluem³⁴. É esse estatuto historiográfico que leva a que a acção seja colocada em espaços geográficos conhecidos, chegando mesmo o enredo a fornecer explicações toponímicas. É, possivelmente, ainda esse estatuto o responsável maior pelo quase desaparecimento dos elementos fantásticos que caracterizavam o **Conto de Salomão* — nomeadamente os seus poderes sobrenaturais —, reduzindo-se, nos casos em que ainda subsistem, apenas à alusão a capacidades divinatórias, perfeitamente admissíveis e correntes no contexto mental da Idade Média³⁵.

Por se encontrarem inseridas em obras mais vastas com uma dimensão historiográfica, estas narrativas servem ainda visíveis objectivos e motivações que lhes são exteriores, ou seja, não devem a sua existência a intenções gratuitas ou meramente anedóticas, mas têm como função, pelo contrário, explicar algo de específico acerca das personagens envolvidas.

No texto aragonês, por exemplo, a parte final do enredo deixa claramente perceber que se está perante uma forma de mostrar como Rodrigo Gonçalves e os seus irmãos conquistaram aos muçulmanos os domínios que lhes pertenceram. As motivações do relato da *Primera Cronica General*, como Menéndez Pidal apontou³⁶, decorrem da necessidade de ilustrar os erros matrimoniais do Conde Garcia Fernandez, que lhe viriam mesmo a causar a morte, e também um conceito temporão de honra cuja defesa motiva a vingança³⁷.

³⁴ No que diz respeito ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* há duas excepções a esta «regra de verosimilhança», que são os relatos da fundação das famílias dos Marinhos e dos Haro, reveladores de um espírito completamente diferente do das narrativas de que nos vimos ocupando. O assunto foi recentemente abordado por KRUS, Luís — *A morte das fadas: a lenda genealógica da Dama do Pé de Cabra*, «Ler — História», Lisboa, 6, 1985, pp. 3-34.

³⁵ É o caso da lenda do cavaleiro Enalvillo, da *História de Ávila* — ver MENÉNDEZ PIDAL, R. — *En torno*, op. cit., p. 150. A segunda versão da *Lenda de Gaia* contém idêntica alusão a esse tipo de poderes, não já atribuídos ao herói, mas sim a uma personagem que secunda as suas acções.

³⁶ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — «Realismo», op. cit., p. 59.

³⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — «Realismo», op. cit., p. 61.

Por isso, nem mesmo o enredo destas narrativas é totalmente ficcional, já que retém algo da realidade vivida, por pouco e de contornos indefinidos que seja, previamente preservada na memória das famílias, das comunidades ou — o que não é menos provável — nos pergaminhos dos mosteiros aos quais essas personagens e os seus descendentes se encontravam ligados. A estrutura do **Conto de Salomão*, na forma mais ou menos contaminada por outros relatos afins, como presumivelmente era conhecida, terá fornecido, depois de depurada dos detalhes desnecessários aos objectivos a que se destinava, o quadro narrativo capaz de dar vida e um mínimo de coerência a esses longínquos ecos da realidade histórica.

Dito de outro modo: entre o conto original, as suas prováveis contaminações e as versões particulares que dele se vêm a realizar não parece haver lugar para mais nenhuma «literatura», a não ser a que decorre da específica significação que cada uma é suposto transmitir.

Na nossa opinião, foi algo de semelhante que sucedeu com a *Lenda de Gaia*. O *Livro Velho de Linhagens*, que primitivamente a conserva, executa-se, segundo José Mattoso, no último terço do séc. XIII, pela iniciativa de um dos herdeiros dos fidalgos da Maia, embora por linha feminina — Martim Gil de Riba de Vizela —, em meios ligados ao Mosteiro de Santo Tirso, cujo fundador é exactamente gerado na sequência dos «acontecimentos» narrados na *Lenda*³⁸. Que a família da Maia possuía um forte património lendário, tendo como eixo alguns dos seus mais notórios representantes, nomeadamente Soeiro Mendes e Gonçalo Mendes, é facto bem comprovado não apenas no *Nobiliário do Conde D. Pedro*, mas também nos restantes livros de linhagens e ainda noutros textos coevos³⁹.

É, pois, provável que da memória da família — em alguma medida avivada pelos registos monásticos... — fizesse parte um antepassado que miticamente se teria originado numa bastardia régia, ligada às primitivas dinastias asturo-leonasas, e ainda uma presença árabe, ou moçárabe algures na ascendência, que se tornava saliente no próprio nome do fundador do Mosteiro: Cid Alboazar. Talvez se

³⁸ MATTOSO, José — *O Mosteiro*, *op. cit.*, pp. 500-590.

³⁹ Referimo-nos à história lendária de D. Afonso Henriques e ao papel desempenhado por Soeiro Mendes. Ver ainda MATTOSO, José — *O Mosteiro*, *op. cit.*, p. 508.

conservasse ainda a memória de alguns nomes femininos ligados a esses remotíssimos eventos — Aldara... Órtiga... —, mas não se reportando já a personagens claramente identificáveis⁴⁰.

Em momento imprecisável, mas que dificilmente será anterior ao séc. XIII⁴¹, ou será mesmo simultâneo da feitura do *Livro Velho*, na hipótese que se nos afigura mais aceitável, estes dados terão servido para reformular a referida versão contaminada do **Conto de Salomão*, o que terá implicado a introdução, no enredo, de elementos novos capazes de lhe permitir cumprir a função que se lhe passava então a atribuir, que era explicar o surgimento da família da Maia.

É que, ao contrário do que sucedia com o **Conto de Salomão*, e com a maioria das suas adaptações ibéricas, a *Lenda de Gaia* não podia terminar somente com a vingança do herói. A função que se lhe atribuía obrigava a que o rei Ramiro tivesse uma nova descendência. Por isso, surge uma personagem feminina, que lhe servirá de adjuvante, mas cujo papel preponderante será consorciar-se com ele, no último episódio da narrativa, depois de obtida a aprovação e o louvor dos seus súbditos, para gerar então os «mui nobres e mui honrados ricos-homens e filhos d'algo d'Amaia»⁴².

⁴⁰ Embora distinguir os elementos puramente lendários dos conservados por escrito e mesmo dos que foram inventados pelo redactor do texto da *Lenda de Gaia* seja tarefa puramente conjectural, quer-nos parecer que a associação de um qualquer rei Ramiro à família da Maia deverá ter sido recente, dado não haver nenhuma referência a tal nome nos seus membros mesmo mais remotos, nomeadamente no fundador do Mosteiro de Santo Tirso, que se chamava Aboazar Lovesendes. Somente nos livros de linhagens passa a Alboazar Ramirez. Em contrapartida, nomes e alcunhas árabes são abundantes. Sobre o assunto, ver MATTOSO, José — «A Nobreza Rural Portuense nos Séculos XI e XII», in *A Nobreza Medieval, op. cit.*, p. 206.

⁴¹ Ver nota 24.

⁴² Saliente-se que este modo de adaptar o conto à necessidade de que o herói venha a ter nova descendência — fornecendo-lhe uma adjuvante com a qual posteriormente se casa — fora também adoptado na história de Garci Fernandez da PCG, cuja parte final contém mesmo, tal como na *Lenda de Gaia*, uma referência explícita à aprovação colectiva que tal expediente veio a obter. Este paralelismo entre os dois textos não pressupõe, portanto, qualquer influência directa de um sobre o outro. O mesmo talvez não se passe com o paralelismo de aspectos secundários, como a existência de um filho da mulher adúltera que ajuda à vingança do pai e à morte da mãe, que se verifica na história de Rudolf Schüsselberg e na *Lenda de Gaia*. Aqui é provável que estejamos perante um fenómeno de influência de um texto sobre o outro ou de existência de um terceiro texto que veio a originar ambos.

Até pela acção que desenvolve, essa nova personagem feminina — a servente moura, que singularmente herda os dois nomes femininos que a tradição presumivelmente veiculava: Órtiga e, depois de baptizada, Aldara! — irá contrastar fortemente, no perfil e no carácter, com a mulher adúltera que vai substituir, atenuando, assim, o sentido nitidamente misógino que o conto originalmente possuía, embora sem o anular totalmente. Com efeito, uma narrativa nascida da adaptação de uma outra já existente terá de ser sempre um compromisso, tão difícil de realizar quanto os fins a que se destina e o significado que se pretende que encerre se alteram radicalmente.

A nosso ver, essa dificuldade está bem patente no espírito que anima a acção das personagens de maior relevo, cuja lógica é completamente alheia ao sentido genealógico do conto, senão mesmo contraditória com ele. De facto, repare-se que a história parece tecer-se do contraste flagrante entre a impetuosidade da acção do rei Ramiro, cuja motivação é não só vingar-se do seu rival, mas, sobretudo, reaver a sua mulher perdida, e as sucessivas traições desta, cada uma mais inapelável da que a anterior:

- Não dá mostras de reagir contra o rapto de que é alvo, antes se torna amante do mouro raptor;
- Mantém relações eróticas adúlteras com este tendo por perto o marido;
- Entrega o rei Ramiro ao rival;
- Por último, chorando o amante morto nos braços do esposo, provoca a exacerbação passional que acabará por lhe ditar a morte.

Se tivermos em atenção que do original **Conto de Salomão a Lenda de Gaia* só herdou a primeira e a terceira destas atitudes femininas e da contaminação com o atrás referido conto oriental a segunda, verificamos que a nossa história acrescentou ainda a quarta traição da mulher, a mais hiperbolicamente passional, que se torna perfeitamente desnecessária do ponto de vista da função genealógica do relato e, por isso, dificilmente poderá ser atribuível à fase terminal da elaboração da *Lenda de Gaia* ⁴³.

⁴³ Afastamo-nos da opinião de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón — *En torno, op. cit.*, pp. 144-145, que via no romance *Moriana en un Castillo* uma manifestação directa da divulgação da primitiva *Lenda de Gaia*, exactamente por

Por outro lado, uma tão notória inverosimilhança na acumulação destas atitudes femininas reprováveis, apenas compreensível numa narrativa que pretendesse lançar mão dos efeitos provocados pelo ridículo ⁴⁴, leva a questionar se o conto que origina a *Lenda de Gaia* não teria adquirido já um sentido não somente anti-feminino, mas especificamente destinado a evidenciar os malefícios da paixão amorosa e a demência que provoca nos homens, ao jeito de certos bem conhecidos *exempla* ⁴⁵! Se esta hipótese for viável, então a redacção da primeira *Lenda de Gaia* em meios clericais tornar-se-á cada vez mais provável!

De qualquer modo, esta primeira versão sugere um amontoado de motivos narrativos, onde os pressupostos genealógicos não são dominantes, nem mesmo adquirem uma dimensão suficientemente dignificante para a linhagem cuja origem se pretende explicar, visto esta acabar por nascer do *acaso* provocando pelos caprichos de uma mulher adúltera e *apesar* da risível obstinação de um rei traído...!

É possível que noutro contexto, mais exigente do ponto de vista da dignidade familiar, senão mesmo mais empenhado em reclamar a memória dos da Maia, e, sobretudo, mais profundamente conhecedor de quais as técnicas de escrita a usar num relato com esta função, os aspectos inconsequentes da *Lenda de Gaia* não tenham passado

causa da presença nesse texto da cena do choro da mulher. É que, para além desta cena e da existência de um rapto, nada mais une os dois textos: não há traição da mulher, bem antes pelo contrário — ela chora a perda do legítimo esposo. Não há, sobretudo, nenhuma das acções que definem a estrutura narrativa do conto (ver nota 18). É, pois, bem mais provável que a cena do choro da mulher presente na *Lenda de Gaia* resulte da contaminação por parte de uma narrativa anterior, cuja natureza nos escapa, que mais tarde originou o *romance de Moriana*.

⁴⁴ A dimensão do ridículo está ainda patente nas não muito sérias propostas gastronómicas do rei Ramiro a Abencadão na cena culminante do relato...

⁴⁵ A perversidade feminina e a ingenuidade do homem, que o leva a situações caricatas e ridículas, parece ser uma constante temática no exemplário misógino medieval, qualquer que seja a sua origem. Veja-se o célebre conto de *Aristóteles cavalgado*, que entre nós se pode encontrar no *Orto do Esposo*, III, XVIII (ver ROSSI, L. — *op. cit.*, p. 91), ou o «El carpinteiro engañado por su mujer», do *Calila e Dimna* castelhano (ed. J. M. Cacho Bleuca y Maria Jesús Lacarra, Madrid, Castália, 1984, pp. 241-242). Sobre o assunto ver ainda LACARRA, María Jesus — *Cuentística Medieval en España: Los Origenes*. Zaragoza, Dep. Literatura de la Universidad, 1979, pp. 160-168.

despercebidos, suscitando a necessidade de a reescrever... e transportando-nos, assim, para o limiar do que virá a ser realmente uma segunda versão deste texto, ou seja, a *Lenda de Gaia* do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

É, no entanto, indispensável, para avaliar minuciosamente o sentido que se imprimiu à refundição da *Lenda de Gaia*, ter presente o problema mais geral do *Nobiliário do Conde D. Pedro*, sobretudo atendendo às várias redacções de que foi objecto ao longo do séc. XIV, que produziram, afinal, o texto de que actualmente dispomos. Sobre esse assunto, publicou António José Saraiva em 1971, no *Boletim de Filologia*, um penetrante estudo cujas conclusões retomamos inteiramente ⁴⁶.

Segundo a sua argumentação, os abundantes trechos narrativos do título XXI do LL — dos quais se destaca o longo e sumptuoso relato da batalha do Salado — seriam todos da responsabilidade de um mesmo autor, que não se poderia confundir com D. Pedro, Conde de Barcelos. O estilo desse autor, assente numa sábia técnica de escrita, feita de períodos longos com boa capacidade subordinativa, de um domínio, em elevado grau, dos vários tipos de discurso e ainda de «um forte talento dramático e uma percepção singularmente viva do espaço e do movimento» ⁴⁷, denotando uma formação clerical e latina, revelar-se-ia surpreendentemente moderno quando confrontado com o da prosa do próprio Conde D. Pedro — que é, provavelmente, a do relato do reinado de D. Dinis —, ou com o da escrita cronística da época, sobretudo a da *Crónica Geral de Espanha de 1344* ⁴⁸.

Desse ponto de vista, apenas teria paralelo em Fernão Lopes, a cuja autoria tais narrativas se poderiam atribuir — Magalhães Basto chegou mesmo a colocar essa hipótese ⁴⁹ — não fora os valores sociais, éticos e políticos delas emergentes serem radicalmente opostos aos defendidos pelo grande Cronista. A importância da ligação do vassalo

⁴⁶ SARAIVA, António José — *O Autor da Narrativa da Batalha do Salado e a Refundição do Livro do Conde D. Pedro*, «Boletim de Filologia», t. XXII, fasc. 1-2, 1971, pp. 1-16.

⁴⁷ SARAIVA, A. J. — *O Autor*, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁸ Embora também da iniciativa do Conde, deve ter sido redigido por várias mãos.

⁴⁹ BASTO, Artur Magalhães — «Fernão Lopes e a Reforma do Livro das Linhagens do Conde D. Pedro», in *Estudos*, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1959, pp. 23-30.

com o soberano; o carácter meramente regional que assume a oposição a Castela, à qual se opõe a solidariedade de armas da nobreza de toda a Península, e, sobretudo, a identificação de Portugal com a terra que os fidalgos conquistaram aos mouros, são temas caros ao nosso prosador, cujos textos constituem a mais perfeita exposição da ideologia senhorial da nobreza portuguesa anterior à crise de 1383/85 que é possível encontrar ⁵⁰.

Quem seria, então, o autor das páginas literariamente mais brilhantes que o LL hoje contém?

Verificando que o elemento unificador de todas estas narrativas é a figura de Frei Álvaro Gonçalves Pereira, visto serem os seus ascendentes as personagens nelas implicadas — desde o rei Ramiro a Gonçalo Mendes da Maia, aos dois Trastâmara e ao próprio Frei Álvaro, que, na realidade, é o verdadeiro herói da batalha do Salado, em virtude da decisiva acção da «Vera Cruz do Marmelar» —, ou então personagens com ele directamente relacionadas, como João Afonso de Albuquerque e de Medelim, juntamente com quem foi conselheiro do rei D. Pedro de Castela, conclui António José Saraiva que o autor desses trechos narrativos só poderia ter sido alguém afecto a Frei Álvaro e à Ordem do Hospital, da qual era prior, interessado em exaltar a sua memória e a dos seus ascendentes próximos ou remotos.

Esta refundição do título XXI do LL teria ocorrido entre 1373, data da morte de Frei Álvaro, e 1383, ano a partir do qual seria pouco provável que se pudesse omitir o nome do seu mais famoso filho, D. Nuno Álvares Pereira. Ultimamente, no estudo introdutório à sua edição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, José Mattoso veio a precisar mais estas datas, situando a refundição entre 1380 e 1383 ⁵¹.

Além disso, é possível que, na prossecução dos seus intentos, a acção do refundidor não se tenha ficado apenas pelo título XXI do LL. Foi ainda apontado por António José Saraiva que a história de Froia Bermudes, no título VII, pai do primeiro Rodrigo Forjaz Trastâmara e, logo, igualmente ascendente de Frei Álvaro Gonçalves Pereira, denota também a mesma mão de hábil prosador presente no título XXI, bem assim como a prosa inicial do título XXXV,

⁵⁰ A. J. Saraiva refere-se particularmente ao discurso de D. Afonso IV às suas tropas antes da batalha do Salado.

⁵¹ *Op. cit.*, p. 41.

referente a D. Vasco Pimentel, bisavô de Frei Álvaro, onde se faz, de uma forma verdadeiramente insólita no contexto do LL, até pela sua extensão, a defesa da legitimidade do nascimento dessa personagem, tema que parece ser também muito caro ao nosso escritor ⁵².

Em resumo: não restando dúvidas de que o actual LL é muito diferente daquele que o Conde de Barcelos executou ou mandou executar, é, contudo, bastante mais difícil saber até que ponto foram as intervenções dos refundidores, sobretudo daquele a que vimos aludindo, cujos intuitos particularistas se tornam perfeitamente perceptíveis, porventura em oposição ao espírito universalista do Conde, anunciado no prólogo de sua autoria.

No que concerne a *Lenda de Gaia*, é possível que a acção do refundidor se tenha feito sentir logo na sua colocação no título XXI, encabeçando a ascendência de Gonçalo Mendes da Maia, quando já antes o título XVI desenvolvera a importantíssima descendência do seu irmão Soeiro Mendes, sem fazer qualquer referência aos seus ascendentes ⁵³. Terá sido talvez o processo mais económico de reclamar para os Pereiras a herança do mítico rei Ramiro, não sendo também

⁵² José Mattoso, na introdução a *PMH — LL*, *op. cit.*, p. 42, indica, porém, ser esta prosa da autoria do refundidor de 1360-65, visto referir o testemunho de pessoas já falecidas antes de 1380.

⁵³ Embora não tenhamos a pretensão de resolver qualquer dos intrincados problemas colocados pela matéria genealógica dos livros de linhagens, não deixámos de verificar que a genealogia dos fidalgos da Maia se prolonga, no LV e no LD (neste só se inicia em Gonçalo Trastamires), pelos descendentes de Soeiro Mendes, o Bom, com o qual, aliás, o seu neto anda confundido, do mesmo modo que Gonçalo Mendes, irmão de Soeiro Mendes o Bom, anda confundido como o Lidador, que era também neto daquele (sobre este assunto, ver MATTOSO, José — «A Nobreza Rural», in *op. cit.*, pp. 210-215).

Enquanto no LV falta a parte correspondente aos descendentes de Gonçalo Mendes (qualquer um deles...), no LD já lhe é reservado um título próprio, *posterior* ao da descendência de Soeiro Mendes, não indo, contudo, no que aos Pereiras diz respeito, para além de Pero Gonçalves Pereira. Em contraste, o actual LL fornece um título XXI bem estruturado, que não mais é do que o correspondente aos descendentes de Gonçalo Mendes, para o qual se deslocou toda a ascendência até ao rei Ramiro, prolongando-o, por outro lado, até Frei Álvaro Gonçalves Pereira e outros ramos com ele aparentados, recuperando e reformando (?) notícias acerca destes últimos que nos outros dois Livros andavam dispersas.

Embora só os especialistas possam averiguar qual a parte que, na organização deste título, fora já herdada do primeiro *Livro do Conde*, nunca pecará por excessivo pensar que parte significativa dessa tarefa incumbiu ao refundidor.

de estranhar que se encontrem espelhadas no texto grande parte das motivações, quer ideológicas, quer pragmáticas, que são visíveis no conjunto da refundição.

Por outro lado, é nossa convicção que a *Lenda de Gaia* que o refundidor encontrou no primitivo *Livro do Conde* não deveria ser muito diferente da versão conhecida do *Livro Velho*. Assumindo a tarefa de a reformular, terá essencialmente optado por alterar e aumentar a parte inicial, redigindo-a com particular cuidado, tanto do ponto de vista da arquitectura narrativa, como sobretudo tendo em vista a sua coerência argumentativa.

Com efeito, aqui o rei Ramiro começa por assumir a decisão de se ligar a uma moura «de cuja fremosura e bondades ouvira falar», irmã do «senhor de toda a terra des Gaia ataa Santarém...», repudiando *de facto* a sua legítima esposa, a quem é agora atribuído um dos nomes femininos — Aldara ou Alda — que na versão primitiva andavam associados apenas à personagem da futura genitora dos fidalgos da Maia. Toda a acção posterior vai decorrer desta, ao que parece, inabalável e definitiva decisão.

O rei Ramiro tenta obter a moura junto do irmão, o rei mouro, pela via do acordo, argumentando, em favor da seriedade das suas intenções, com a possível nulidade do seu prévio casamento, já que existiria parentesco consaguíneo entre ele e Dona Aldara:

«E rei Ramiro fez com ele grandes amizades, por cobrar aquela moura que ele muito amava. E fez enfinta que o amava muito, e mandou-lhe dizer que o queria veer por se haver de conhecer com ele, por as amizades seerem mais firmes. E Alboazer Alboçadam mandou-lhe dizer que lhe prazia delo e que fosse a Gaia e que i se veria com el. E rei Ramiro foi-se lá em tres galees com fidalgos, e pediu-lhe aquela moura, que lha desse, e fa-la-ia cristã e casaria com ela. E Alboazer Alboçadam lhe respondeo — Tu tées molher, e filhos dela, e es cristão. Como podes tu casar duas veezs? E el lhe disse que verdade era, mais que ele era tanto seu parente, da rainha dona Aldora, sa molher, que a Santa Igreja os parteria. E Alboazer Alboçadam jurou-lhe por sa lei de Mafomede que lha nom daria por todo o reino que ele havia, ca a tiinha esposada com el rei de Marrocos»⁵⁴.

⁵⁴ PMH-LL, ed. cit., I, pp. 204-205.

Só perante a firme recusa do mouro o rei Ramiro se decide pelo rapto, que concretiza, suscitando, como represália, idêntica atitude do seu antagonista, tendo como alvo Dona Aldara, a repudiada (!), mas legítima (!!)

 esposa daquele.

Esta personagem feminina árabe — que passará a chamar-se Ártiga depois de baptizada, o que, significativamente, sucede logo a seguir ao rapto! — constitui talvez a inovação principal desta versão do conto, visto ser uma personagem que, não voltando, todavia, a assumir qualquer papel determinante ao longo da acção, é ela o motivo que levará ao seu desencadeamento, vindo a tornar-se mãe do Cid Alboazar, substituindo nesse papel a servente que ajuda o rei Ramiro nos episódios centrais ocorridos no interior do castelo de Gaia.

É de notar que esta última personagem se mantém ainda e com a mesma função que já assumia na primitiva versão. Mas surge agora caracterizada de tal modo que se torna impossível confundi-la com a raptada irmã do rei mouro. Enquanto no *Livro Velho* se dizia:

«E uma donzela que servia a rainha levantou-se pela manhã, que lhe fosse pela agoa para as mãos; e aquela donzela havia nome Ortiga. E ela na fonte achou jazendo rei Ramiro, e nom o conheço. E el pedio-lhe d'agoa pela aravia...»⁵⁵

o que, juntamente com o facto de vir a ser baptizada na parte final do relato, apontava para o perfil muçulmano da personagem, na versão do LL essa identificação torna-se clara e reiteradamente inviável:

«...e ãa sergente que havia nome Perona, natural de França, que levarom com a rainha, servia ant'ela, levantou-se pela manhã, assi como havia de custume de ilhe ir pol'agua pera as mãos aaquela fonte, achou i jazer rei Ramiro, e nom no conheceo. E ele pedio-lhe *per aravia* da agua...»⁵⁶.

Com efeito, não só lhe é atribuído um novo nome — Perona —, como se adianta mesmo que é natural de França, arredando completamente qualquer hipótese de confusão com a moura Ártiga. É claro que esta nova caracterização da personagem feminina adjuvante se

⁵⁵ *PMH* — *Livros Velhos*, ed. cit., p. 47.

⁵⁶ *PMH-LL*, ed. cit., I, pp. 206-207. O sublinhado é nosso.

torna, de algum modo, contraditória com o facto de ela ter de compreender *arávia* para que o rei Ramiro lhe possa pedir água sem levantar suspeitas. A incapacidade, revelada pelo refundidor, de solucionar este problema — e não será o único! — ter-se-á certamente devido à resistência que a própria coerência interna do enredo ofereceu à eventualidade de lhe serem introduzidas excessivas alterações. Esta cena tinha, pois, de se manter, porque só ela permitia a penetração do rei Ramiro no interior do Castelo de Gaia, mesmo revelando notórios vestígios da primitiva redacção...

De qualquer forma, se a nossa interpretação é viável, o início da história revela duas grandes preocupações:

- Em primeiro lugar, eliminar o carácter fortuito que, na primitiva versão da *Lenda de Gaia*, assumia o relacionamento do rei Ramiro com uma moura e, por consequência, o surgimento do filho de ambos — Cid Alboazar — e de toda a linhagem deste descendente. Os fidalgos da Maia nascem agora da prévia e inabalável decisão do rei Ramiro de se ligar a uma mulher árabe, intuito cuja concretização se torna *anterior e não dependente* dos sucessos que constituem o fulcro das aventuras contidas no relato. A transformação em sábia necessidade do que antes era puro acaso reforçar-se ainda com a insinuação da possível nulidade do primeiro casamento do rei Ramiro, contribuindo para legitimar essa sua decisão e dignificar a futura geração.
- A segunda grande preocupação do refundidor é, obviamente, retirar a uma indiferenciada servente o papel de genitora de tão alta linhagem, relacionada com todas as dinastias peninsulares e com as suas mais importantes casas senhoriais, para a atribuir a uma figura que, embora sendo árabe, entroncava, pelo seu lado, nas melhores linhagens muçulmanas. Ela é irmã de Alboazer Alboçadam — este também não é mais o incógnito Abencadão da primitiva versão! — e ambos descendem, por linha direita, nada menos do que de Aboali, um dos reis muçulmanos que, no início do séc. VIII, conquistaram quase toda a Península Ibérica! E não faltavam certamente ao nosso refundidor motivos para agir deste modo. Afinal, não havia também sangue árabe em linhagens tão importantes como a de Lara, sendo até as circunstâncias que levaram a que tal sucedesse can-

tadas em tão prestigioso relato como era a *Lenda dos Sete Infantes de Salas*⁵⁷? E que dizer da moura Zaida, a última esposa do conquistador de Toledo, cuja história novelizada incluía mesmo, nas suas mais recentes versões cronísticas, a controvérsia relativa ao nome a adoptar após o baptismo?⁵⁸ Ora como em nenhum destes casos as mouras em questão deixavam de pertencer à fidalguia árabe, compreender-se-ia mal que o nosso refundidor, tão cioso do prestígio da família cuja herança D. Álvaro Gonçalves Pereira assumia, man- tivesse imperturbável uma apagada servente como genitora mítica da única linhagem à qual o *Prólogo* do Conde se referia expressamente⁵⁹.

Por outro lado, ao introduzir toda esta parte inicial, o refundidor desequilibrou, quase irreversivelmente, a primitiva arquitectura do conto. As personagens não são mais as mesmas porque as suas motivações passam a ser outras. O rei Ramiro, de esposo ofendido, na versão do LV, torna-se agora em marido adúltero e prevaricador, atenuando significativamente o carácter odioso da acção da sua mulher. Nem mesmo terá mais razões de tipo passional para a querer

⁵⁷ A conveniência em ligar os da Maia aos de Lara está bem patente na atribuição fantasiosa de uma irmã ao Cid Alboazar — de nome Ártiga (ou Húrtiga), tal como a presumível mãe! —, fazendo-a casar com Gusteus Gonçalves, nada menos do que o pai de Gonçalo Gustiiz e avô dos sete infantes!! — Ver *PMH-LL*, ed. cit., I, p. 147. Por outro lado, não deixa de ser sintomático da crescente importância que se atribuía à posição hierárquica das famílias que se uniam por laços de tipo matrimonial, legítimo ou não, o parentesco entre a mãe de Mudarra Gonçalves e Almansor se ir tornando cada vez mais preciso e mais chegado: na PCG ela era somente «una mora fijadalgo» (ed. cit., II, p. 435); no LL passa a ser «ũa sa [de Almansor] prima mui fremosa e mui entendida» (ed. cit., I, p. 148); finalmente na *Crónica Geral de Espanha de 1344*. (ed. de Luís Filipe de Lindley Cintra. Lisboa, INCM, 1984 — reimpressão da edição de 1951), embora ainda se conserve o texto da PCG no capítulo 370 (p. 125 do vol. III), que apenas refere «ũa moura», no capítulo 377 toda a cena se volta a repetir integralmente, sendo agora a moura «iffante, sua [de Almansor] irmã, que era mui fremosa e muy mãceba e era donzella virgẽ...» (vol. III, p. 148). Ver MATTOSO, José — *As Fontes*, in *op. cit.*, p. 68.

⁵⁸ A moura Zaida era filha do rei mouro de Sevilha.

⁵⁹ Particularmente porque suspeitamos que aquela insólita referência ao título XXI, feita no *Prólogo* do LL, poderá ser mais uma adição do refundidor...

recuperar, já que, na prática, a havia repudiado. Que passará, pois, a motivá-lo para encetar tão perigosa aventura?

Apercebendo-se da precaridade desta situação, o narrador apressou-se — fazendo uso da técnica do aparte — a explicar ao ouvinte que o rei Ramiro estava ali, junto às muralhas do castelo do rei mouro, não propriamente para reaver a sua mulher, como na primitiva versão, mas apenas para dele «haver direito», embora tivesse de contar com a solidariedade de Dona Aldara...:

«E isto fazia rei Ramiro por veer a rainha sa molher, pera haver conselho com ela, em como poderia *mais compridamente* haver direito d'Alboazar Alboçadam e de seus filhos e de toda sa companha, ca tiinha que pelo conselho dela cobraria todo, ca cometendo este feito em outra maneira que poderia escapar Alboazar Alboçadam e seus filhos. E porque ela era de gram coração, poinha em esta guisa seu feito em gram ventuira»⁶⁰.

Situação realmente complicada, nos limites da verosimilhança, aspecto que se tornará, porventura, ainda mais visível no inconsequente diálogo travado entre o rei Ramiro e Dona Aldara:

«— Rei Ramiro, que te adusse aqui?

Ele lhe respondeu:

— O vosso amor!

E ela lhe disse:

— Veeste morto!

Ele lhe disse:

— Pequena maravilha, pois o faço por vosso amor!

E ela respondeu:⁶¹

Nom me has tu amor, pois daqui levaste Ártiga, que mais peças que mim!

Ou seja, na falta de melhor alternativa, o refundidor optou por manter inalterada a fala do rei Ramiro e, com ela, a primitiva motivação passional das suas atitudes — o amor da mulher! — que tudo até ali se encarregava de desmentir. De tal modo assim é

⁶⁰ *PMH-LL, ed. cit., I, p. 206.* O sublinhado é nosso.

⁶¹ *PHM-LL, ed. cit., I, p. 207.*

que, perante a referência da rainha à moura raptada, o rei Ramiro não só não se justifica, como inevitavelmente torna quase carente de sentido a sua presença naquela perigosa situação!

Mais facilitada, todavia, se apresentará a tarefa do refundidor nas cenas seguintes. Já que não há laços passionais ligando o rei Ramiro à esposa ofendida, não só perderá sentido qualquer cena erótica da mulher adúltera com o mouro — será realmente adúltera? —, como o seu destino ficará traçado bem mais cedo e de uma forma inapelável:

«E rei Ramiro deceo-se do padram donde estava, e veo contra o ifante e disse-lhe — Meu filho, vossa madre não moira, nem as donas e donzelas que com ela veerom, e guardade-a de cajom, ca outra morte merece...»⁶².

As suas posteriores lágrimas, vertidas, não já no regaço do marido, mas sim no isolamento da condenação, não mais farão do que apressar a «crua justiça».

A alteração do perfil das personagens não se restringe, todavia, apenas ao rei Ramiro e a Dona Aldara. A forma que o enredo assume desde o início vai conferir ao rei mouro um carácter totalmente diverso do homólogo da versão do *Livro Velho*, desta vez com um sentido nitidamente positivo, revelando da parte do refundidor um extremo cuidado em fornecer dele um perfil moral intocável, que chega mesmo a suscitar um inevitável contraste com o do seu antagonista.

De facto, enquanto o rei Ramiro é fingido, matreiro, adúltero cruel — embora bom guerreiro e... cristão! —, Alboazar parece ser em tudo exactamente o oposto, tanto mais que as suas atitudes são constantemente ditadas pelas do seu antagonista:

— É Alboazar Alboçadam quem, perante o insistente pedido de concessão da irmã feito pelo rei Ramiro, lhe lembra normas de conduta que o deviam obrigar, por ser cristão — não casar com duas mulheres! —, embora se tornem insólitas na boca de um árabe, por regra seguidor de práticas poligâmicas.

⁶² PMH-LL, ed. cit., I, p. 210.

«LEND A DE GAIA»

- Alboazar rapta a rainha Dona Aldara como medida de vingança contra o prévio rapto da sua irmã pelo rei Ramiro, ou seja, assume uma atitude defensiva perante a iniciativa hostil do seu antagonista.
- Quando acaba por ter o rei Ramiro à sua mercê, depois deste lhe ter sido entregue pela traição da rainha, de tal modo aceita os pressupostos e a seriedade da sua argumentação — não é já gastronómica, como na versão do *Livro Velho*, mas sim de natureza espiritual, apelando para valores como o arrependimento e a penitência — que decide mesmo... não consumir a vingança!!

«Alboazar Alboçadam pensou no que lhe pedia, e filhou dele piedade e disse contra a rainha — Este homem rependido é de seu pecado. Mais hei eu errado a ele, que ele a mim. Gram torto faria em o matar, pois se põem em meu poder...»⁶³.

- Finalmente Alboazar acabará por aceder ao pedido do rei Ramiro de que o mandasse executar mas mais pelo temor do seu carácter «arteiroso e vingador», como incisivamente lhe fora apontado pela rainha, do que por sede vingativa:

«Tu veeste aqui e fizeste gram loucura, ca nos teus paaços poderas filhar esta peendenza. E porque sei, se me tu tevesse em teu poder, que non escaparia aa morte, eu quero-te cumprir o que me pedes por salvamento de tua alma»⁶⁴.

- A argumentação da rainha contra o rei Ramiro, que levará o mouro a decidir matá-lo, será novamente pretexto para que o refundidor dê largas aos seus recursos de escrita, fazendo este último protagonista de um fino monólogo, onde se torna visível a intenção de o apresentar como a única personagem desta tríade cujo perfil íntimo se não pode considerar rude e bárbaro:

«Alboazer Alboçadem olhou o dizer da rainha e disse em seu coração: — De maa ventura é o homem que se fia per nem ãa molher. Esta é sa molher lidima, e tem ifantas dele,

⁶³ *PMH-LL, ed. cit., I, p. 209.*

⁶⁴ *PMH-LL, ed. cit., I, p. 209.*

e quer sa morte desonrada! Eu nom hei por que dela fii. Eu alonga-la-ei de mim»⁶⁵

Esta imagem muito favorável e extremamente cuidada de Alboazar Alboçadam evoca, como foi já notado por A. J. Saraiva⁶⁶, a do rei Albofacem, o adversário do campo cristão no relato da batalha do Salado, indo a afinidade entre ambos ao ponto de compartilharem o mesmo destino trágico. No contexto da segunda versão da *Lenda de Gaia*, este retrato quase hiperbolicamente favorável do rei mouro tem, contudo, intenções bem precisas, que se resumem na necessidade de suscitar admiração pela linhagem à qual pertence Ártiga, complementando a argumentação laudatória que se observa já em todas as referências que o texto faz a esta última.

Encarada segundo este aspecto, verificamos sem dificuldade que a segunda versão da *Lenda de Gaia* é também um extenso panegírico, não só dos fidalgos da Maia, que aqui acham a sua origem, mas especificamente da ascendência moura representada em Ártiga. Embora esta personagem, depois de passivamente se deixar raptar e baptizar, só vá, de novo, comparecer na conclusão do enredo, para que se efectue o seu casamento com o rei Ramiro, nem por isso deixa de ser alvo dos mais empolados encómios, no âmbito dos quais se inclui a acção de uma outra personagem inédita, que parece ter passado excessivamente despercebida a toda a crítica que até agora se debruçou sobre este texto. Referimo-nos ao mago Aman, o astrólogo ajudador do rei Ramiro, que apenas revela a sua presença em dois momentos fulcrais: quando se realiza o rapto da moura, o que é feito com a ajuda das suas «artes»; quando o rei Ramiro anuncia aos «seus de sa terra» a decisão de se casar com ela. Aqui é ao astrólogo que cumpre a tarefa de secundar as intenções do rei, produzindo um discurso profético em louvor de Ártiga, ao qual todos aderem unanimemente:

«E eles todos a ùa voz a louvaram e o houverom por bem, porque dissera por ela o grande estrologo Aman que ela era pedra preciosa antre as molheres que naquele tempo havia. E ainda disse mais que tanto havia de seer boa cristãa, que Deus

⁶⁵ *PMH-LL, ed. cit.*, I, p. 209.

⁶⁶ SARAIVA, A. J. — *O Autor, op. cit.*, p. 11.

por sua honra lhe daria geeraçom de homêes boos e de grandes feitos e aventurados em bem. E bem parece que Aman disse verdade, ca ela foi de boa vida, e fez o moesteiro de Sam Julian e outros hospitais muitos, e os que dela decenderom foram muito compridos do que o grande astrolego disse, que foi Aman. Este Aman, por sa arte dezia mui compridamente as cousas que haviam de viir»⁶⁷.

Ficam, assim, escassas dúvidas de que a inclusão do mago Aman no enredo é directamente motivada pela invenção da nova personagem Ártiga, sendo a sua função conferir a esta última o prestígio dos seus poderes e da sua sabedoria, bem assim como antecipar — já que o astrólogo possui a ciência do futuro — a sua descendência.

Não deixa de ser singular este astrólogo, cujos poderes e autoridade, pelo modo como são enfatizados, o tornam insólito numa obra de pendor historiográfico. Contudo, ele também não está só no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Tem a acompanhá-lo nada menos do que o mago Merlim, que é frequentemente referido no Título II, embora por vezes em termos que não deixam de provocar uma certa perplexidade⁶⁸. Haverá alguma afinidade entre o rapto de Ártiga pelo rei Ramiro, com a ajuda dos poderes do mago Aman, e a sedução de Igera por Uterpendragon graças às artimanhas de Merlim, conhecidíssimo episódio da *Historia Regum Britanniae*, de

⁶⁷ *PMH-LL, edi. cit.*, I, p. 211.

⁶⁸ O mago Merlim é, com efeito, referido duas vezes ao longo do título II do LL. Contudo, se confrontarmos o texto deste título com o da sua alegada fonte, uma versão interpolada do *Liber Regum* conhecida como *Libro de las Generaciones* (Ver CINTRA, L. F. Lindley — *O Liber Regum e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, «Boletim de Filologia», Lisboa, XI, 1950, pp. 224-251), verificamos que originalmente essas referências eram três e não duas, tendo numa delas o LL substituído o nome do Merlim por um inexplicável «profeta em Jerusalem»! Vejamos os textos:

Libro de las Generaciones:

«En aquel tiempo prophetiazua Merlin e dezia las cosas que avian de venir»

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro:

«Em aquel tempo prophetizava hũu profeta em Jerusalem e dezia as cousas que avian de viir»

(citações feitas a partir de *Crónica General de España de 1344*. Edição preparada por Diego Catalán e María Soledad de Andrés, Madrid, Gredos, 1970, vol. I, p. 278).

Geoffrey de Monmouth, ao qual se faz uma breve alusão no *Livro do Conde*, no já mencionado Título II? ⁶⁹.

É impossível afirmá-lo em termos que vão para além da conjectura. Mas já é menos hipotético afirmar que a escrita dos romances arturianos, sobretudo dos ciclos em prosa, não devia ser desconhecida do último refundidor do *Livro do Conde*, de tal modo ele usa técnicas literárias deles provenientes.

Refira-se, como exemplo, o gosto pelas descrições bélicas que não raro culminam na utilização do tópico do golpe sobre-humano, ou seja, aquele com que um cavaleiro atinge o adversário provocando-lhe danos que vão muito para além do verosímil ⁷⁰. Este tópico, já presente na descrição da batalha do Salado, como foi notado por Joseph Piel ⁷¹, encontra-se igualmente na *Lenda de Gaia*, mesmo não tendo este relato características manifestamente épicas:

«Ali [o rei Ramiro] tirou a espada da bainha e deu com ela a Alboazar Alboçadam per cima da cabeça, *que o fendeo ataa os peitos...*» ⁷².

Onde, contudo, nos parece mais patente a presença da escrita romanesca oriunda dos romances de cavalaria é exactamente na percepção da complexidade psicológica das personagens, cujas atitudes

⁶⁹ É verdade que nem no *Libro de las Generaciones*, nem no LL este episódio é contado com o pormenor da sedução conseguida pela intervenção do mago Merlin. Porém, durante o séc. XIV tal detalhe não deixaria de ser, certamente, bem conhecido, sobretudo nos meios mais afectos às ficções cavaleirescas, já que ele era narrado na versão do *Merlim* em prosa conhecida em Portugal.

⁷⁰ *A Demanda do Santo Graal* fornece abundantes amostras deste tópico. Vejamos uma cujo protagonista é Galaaz: «(...) aveo que chegou Galaaz a ele [Galvão], assi como a ventura o trazia, e deu-lhe ãa cuitalada que lhe talhou o elmo e o almofre e o coiro e a carne atee o testo mais aveo-lhe bem que nom foi a chaga mortal (...) E Galaaz, que nom pode teer seu golpe, acaçou o cavalo pelo arçom de ante, assi que o talhou per meo das espaduas e o cavalo caiu morto a cabo seu senhor» — *A Demanda do Santo Graal*. Ed. Augusto Magne, vol. I, Rio de Janeiro, INL, 1955, p. 379.

⁷¹ Referido por José Mattoso in *PMH-LL*, *op. cit.*, p. 48 (introdução).

⁷² *PMH-LL*, *ed. cit.*, I, p. 210. Note-se ainda a presença do advérbio *ali*, no início de uma descrição bélica, traço estilístico tão usual no refundidor. Ver SARAIVA, A. J. — *O Autor*, *op. cit.*, pp. 4-6. O sublinhado é nosso.

não se limitam a uma opção linear entre uma escassa paleta de alternativas, mas incluem já opções intermédias, que se traduzem na dúvida, na ponderação, no desenvolvimento da argumentação, na construção da interioridade — aspectos normalmente ausentes da escrita das crónicas e, por maioria de razão, daqueles relatos que têm por base textos orais do tipo da canção de gesta.

Esta forma de construção da personagem verifica-se, com nitidez, no relato da batalha do Salado e também na *Lenda de Gaia*, em torno da figura do rei mouro Alboazar Alboçadam, denotando, por parte do refundidor, a procura de meios expressivos prestigiados para dar corpo às narrativas que avolumam a memória da família que lhe cumpre perpetuar e exaltar. Haverá, pois, que juntar à manifesta formação clerical e latinizante do nosso escritor, um conhecimento e mesmo uma sensível adesão aos romances de cavalaria, cuja circulação entre nós, durante o séc. XIV, está amplamente atestada.

Um último sentido nos parece de destacar na *Lenda de Gaia* do LL: referimo-nos aos processos por meio dos quais o refundidor vai conferindo credibilidade ao relato, que se traduzem numa mais rigorosa identificação das personagens — remetendo mesmo para outras partes do *Livro* que delas tratam —, e nas alusões funcionais a factos historiograficamente comprováveis, emprestando-lhe um estatuto em tudo semelhante ao das restantes narrativas históricas naquele contidas.

Este aspecto é logo visível no modo como se explica quem é o rei Ramiro, remetendo para o Título III, onde se vai encontrar, acerca de Ramiro II das Astúrias, um texto que tem claras afinidades com o que encabeça a *Lenda de Gaia*⁷³. O mesmo se passa com a forma de aludir à linhagem de Alboazar e de Ártiga que, embora fantasista, se faz remontar a Aboali cujo nome se encontra igualmente referenciado no Título III.

Mais camuflada, mas também carregada de forte intencionalidade nos parece a referência de Dona Aldara, tentando convencer o mouro a matar o rei Ramiro, a uma cruel atitude que este teria

⁷³ «E deste rei Ramiro o segundo saio a boa geeraçom dos fidalgos da Espanha, como se mostra adiante no seu título XXI. E chamou-se este rei Ramiro o segundo porque houve em Leom outro rei, seu quarto avoo, que se chamou rei Ramiro, assi como já dissemos, e porque houve outro rei Ramiro que foi seu neto deste, assi como adiante verees». PMH-LL, *ed. cit.*, I, p. 106.

assumido contra o seu irmão, que o Título III novamente se encarregará de confirmar, ponto por ponto:

«(...) ele tirou os olhos a dom Hordonho, seu irmão, que era moor ca el de dias por o deserdar do reino...»⁷⁴.

O mesmo sentido revela, ainda, a conexão estabelecida pelo narrador entre a impiedade do infante Ordonho, o filho do rei Ramiro, para com a sua mãe e a posterior revolta dos castelhanos, que iria levar ao histórico episódio da eleição dos Juizes de Castela, remetendo explicitamente — tal como no primeiro exemplo citado — para a parte do *Livro* onde esses factos se poderão integralmente confirmar, que é outra vez o Título III:

«E por este pecado que disse o ifante dom Ordonho contra sa madre, disserom depois as gentes que por esso fora deserdado dos poboos de Castela. Este desardamento se mostra mais compridamente no título III, dos reis gentiis e dos Godos, parrafo 7.º»⁷⁵.

Estas referências a factos históricos não parecem revelar que o nosso refundidor tivesse preocupações historiográficas suficientes que o levassem a confirmá-las nas crónicas então disponíveis, cujas fontes eram substancialmente mais amplas e rigorosas do que as usadas pelo Conde D. Pedro na feitura do seu livro de linhagens. Se tivesse consultado a *Primera Cronica General*, já então traduzida para galego-português, ou a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que não se afasta muito do texto daquela no respeitante a estas matérias, teria facilmente verificado que o irmão a quem Ramiro II das Astúrias manda arrancar os olhos, depois de o ter preso, se chamava Afonso e não Ordonho, do mesmo modo que se teria apercebido de que o autor do assassinato dos condes castelhanos, que motivou a eleição dos Juizes, não fora Ordonho filho do rei Ramiro, mas sim Ordonho pai do rei Ramiro...

Embora reveladores em si, estes equívocos são, contudo, secundários quando encarados na perspectiva da atitude que o refundidor assume perante o seu relato, conseguindo plenamente conferir-lhe uma

⁷⁴ *PMH-LL, ed. cit., I, p. 209.*

⁷⁵ *PMH-LL, ed. cit., I, p. 210.*

verosimilhança e uma credibilidade historiográfica que a primitiva versão da *Lenda de Gaia*, manifestamente vaga e imprecisa, de modo algum possuía.

Concluindo: longe de assumirem uma natureza meramente estilística, ou mesmo um carácter mais ou menos accidental, as variantes que a versão do LL da *Lenda de Gaia* apresenta face à versão do LV integram-se num plano intencional de refundição deste último, com vista a tornar mais dignificante e mais credível a explicação das origens dos fidalgos da Maia.

Na prossecução destes objectivos, o refundidor alterou substancialmente o enredo da primitiva *Lenda de Gaia*, tornando-o bem mais afastado da letra e do espírito das narrativas que lhe estão na origem, donde resultou uma completa alteração do perfil dos elementos árabes presentes na ascendência da família, sobre os quais vai recair o fundamental da estratégia laudatória que o texto desenvolve.

O recurso a processos e técnicas de escrita dos romances de cavalaria, aliado à proliferação de referências pseudo-históricas, conferem ao relato simultaneamente o prestígio e a credibilidade que a sua colocação, encimando o volumoso Título XXI, obrigatoriamente teria de exigir, para mais tendo em vista os propósitos e a estratégia que as narrativas que compõem este último revelam.

José Carlos Ribeiro Miranda